



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	433
Rubrica	6

Processo nº 0014105/2024

PARECER JURÍDICO CEAJ-SMS N° 69/2024.
ANÁLISE DE RECURSO. PREGÃO ELETRÔNICO
N° 4/2024. ANÁLISE E PARECER ACERCA DA
LEGALIDADE.

Data: 01/08/2024

I. RELATÓRIO

Trata-se o presente de Recurso administrativo impetrado pela licitante 54.617.482 SHELLY FERNANDA FIGUEIREDO SANT ANNA GROSSO contra decisão do(a) pregoeiro(a), exarada no Processo Administrativo N° 17463/2023, que reconheceu a sua inabilitação em razão de não apresentação do Balanço empresarial e da Certidão da Dívida Ativa Estadual.

Em suas razões, a Recorrente afirma que houve desacerto na decisão da comissão de licitação, tendo em vista o seguinte:

- Quanto ao balanço, indevida inabilitação, visto que se trata de MEI onde só seria exigido o balanço de abertura, o qual foi devidamente apresentado;
- Quanto à certidão da dívida ativa, incorreta inabilitação, inclusive por desproporcionalidade, considerando que o vício era sanável, bem como que houve apresentação do protocolo de solicitação da certidão, que poderia ser complementado posteriormente com o documento requisitado;

Em contrapartida, a CPL considerou os seguintes aspectos:

16



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	434
Rubrica	

- a) Quanto ao balanço, a comissão atendeu aos regramentos editalícios e à Lei, consignando que o balanço foi mal formulado e registrado de forma incorreta, de maneira que o contador já previu que somente haverá o Capital Social em 31.12.2014, com validade até 31.12.2015;
- b) Quanto à certidão da dívida ativa, foi requisitada a certidão, não sendo suficiente apenas o protocolo, sobretudo quando o pedido da certidão ocorreu em 14.05.2024, com prazo para emissão de 10 dias, e o pregão teve início em 16.05.2024, seguido da respectiva inabilitação em 17.05.2024.

É o relatório.

II. DA ANÁLISE E PARECER

II.1 – Da anexação de documentação preexistente

A doutrina e jurisprudência pátria consagram o formalismo moderado no âmbito de análise pela Comissão Permanente de Licitação, daí porque, segundo o artigo 43, §3º da lei 8.666/93, resta “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Outrossim, os precedentes do Tribunal de Contas da União anunciam que possíveis erros materiais são passíveis de retificação, desde que em circunstâncias fáticas não caracterizadoras de nenhum impeditivo, *in verbis*:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	435
Rubrica	(P)

(...) a mencionada desclassificação da proposta não deve ser considerada uma obrigação, mas uma prerrogativa do poder público, que deverá ser exercida de acordo com o princípio da razoabilidade, em especial considerando a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa aos cofres públicos. Por esse motivo, o Ministro-Relator fez referência ao princípio do formalismo moderado, no sentido de que seria apropriado, zelosamente, esgotar os meios possuídos para obtenção da melhor proposta, realizando-se diligências para suprir as informações faltantes” (TCU - Acórdão 3381/2013 – Plenário – Rel. Min. Valmir Campelo)

Logo, é salutar que se diligencie para obter a proposta mais vantajosa à Administração, de modo que as decisões pela inabilitação ou desclassificação deverão se conformar ao princípio da proporcionalidade; a realização de diligência, vista como regra; e a inabilitação ou desclassificação, sempre acompanharem a devida justificativa.

Com efeito, segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de documento quando da apresentação da proposta (art. 43, §3º, da Lei 8666/93) não impede a sua anexação posterior na hipótese em que o licitante já dele dispunha materialmente, insubmissível essa proibição aos casos de não juntada oportuna motivada por mero equívoco ou falha, sendo possível fazê-lo, excepcionalmente, para atestar condição pré-existente à abertura da sessão, consoante precedente abaixo transcrito:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	436
Rubrica	⑨

CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (grifo nosso) (Acórdão 1211/2021, Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Conforme se verifica dos autos, portanto, como não se efetuou a juntada de nenhuma documentação preexistente relativa à exigência da certidão da dívida ativa, tendo a recorrente se referido (e juntado) certidão que só veio a ser emitida posteriormente, na data de 10.06.2024, isto é,



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	437
Rubrica	Ø

depois de já iniciado o pregão (em 16.05.2024), a manifestação da CPL, no tocante a esse aspecto, encontra-se em plena consonância com a jurisprudência sedimentada pelos tribunais de conta.

II.2 – Da questão referente ao Balanço

No que se refere ao Balanço, é sabido que o STJ tem relativizado a exigência do balanço patrimonial do último exercício nas hipóteses em que a empresa foi aberta no mesmo ano em que ocorre a licitação, sendo possível a apresentação do balanço de abertura:

“(...) Tratando-se de sociedade constituída há menos de um ano e não havendo qualquer exigência legal a respeito do tempo mínimo de constituição da pessoa jurídica para participar da concorrência pública, não se concebe condicionar a comprovação da idoneidade financeira à apresentação dos demonstrativos contábeis do último exercício financeiro, sendo possível demonstrá-la por outros documentos, a exemplo da exibição do balanço de abertura”. (STJ, REsp nº 1.381.152/RJ).

Com efeito, seria desarrazoado e desproporcional não admitir, no caso de empresa recém-constituída, o balanço de abertura como prova da situação econômico-financeira da empresa.

No entanto, não é disso que trata o presente caso, visto que a comissão adotou a diretriz da melhor jurisprudência, apenas não admitindo o documento, como afirmado em fls. 16, porque se encontrava irregular (segundo informado, o balanço foi mal formulado e registrado de forma incorreta, de maneira que o contador previu que somente haveria o Capital Social em 31.12.2014, com validade até 31.12.2015). Por conseguinte, não merece prosperar a argumentação a licitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número/	0014105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	428
Rubrica	

Por fim, ressalta-se que se afastam da presente análise as questões concernentes a matérias que refogem da competência da procuradoria, na medida em que a sua manifestação é eminentemente jurídica, isto é, distanciada dos aspectos técnicos, econômico-financeiros e discricionários subjacentes, de atribuição das respectivas áreas afins (Acórdão TCU nº 2561/2004 – 2ª Câmara).

Com efeito, o órgão de consultoria jurídica não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos (tais como os meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados a conveniência e oportunidade da Administração, a exemplo de eventuais justificativas e motivações), que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

III - CONCLUSÃO

Por todo o acima exposto, esta Comissão opina pela improcedência do das alegações recursais apresentadas, bem como pela legalidade e prosseguimento do feito, conforme as razões aqui expostas.

S.M.J., é o parecer.

À Comissão de Licitação,

UBIRANY LOPES EVANGELISTA

Procurador do Município

Fabricio Monteiro Porto

Procurador Geral do Município

UBIRANY LOPES EVANGELISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
MAT. 3001306